

**ATA NÚMERO 184/XII (3.ª)**

Aos dois dias do mês de Julho de 2014, pelas 11 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**11:00 horas:**

Audição do Conselho Regulador da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) para apresentar o relatório de atividades e de regulação de 2012.

**12: 30 horas:**

1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

2 — Fixação da redação final relativa ao projeto de resolução n.º 1036/XII (3.ª) — Aprova a declaração para a abertura e transparência parlamentar;

3 — Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 324/XII (3.ª) - Solicita à Assembleia da República a extinção da Associação dos Ex-Deputados, com todas as consequências daí decorrentes:

Relator: Deputado André Pardal (PSD);

4 — Apreciação da nota de admissibilidade e nomeação do relator da petição n.º 405/XII (3.ª) – Pretendem saber como votam os representantes do povo:

Relator(a): Deputado(a) (PCP);

5 — Calendário previsível de atividades da Comissão até ao final do mês de Julho.

6 — Outros assuntos.

---

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, procedeu à audição do Conselho Regulador da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social).

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Mendes Bota, explicou a metodologia dos trabalhos e informou igualmente que a audição se iniciaria com uma exposição do Senhor Presidente do Conselho Regulador da ERC, Carlos Magno, com a duração de 10 minutos, a quem, de seguida, deu a palavra.

O Senhor Presidente do Conselho Regulador da ERC iniciou a sua intervenção sublinhando o enorme regozijo com o facto de o relatório de regulação de 2012 estar a ser apreciado pelo Parlamento numa ordem do dia sem casos mediáticos, já que essa era a melhor homenagem que se podia prestar ao trabalho dos técnicos da ERC que, ao longo de muitos meses, foram recolhendo dados e sistematizando conteúdos, sendo essa também a agenda ideal para que se possa ter uma visão estrutural do sector sem a existência de qualquer querela conjuntural; disse também que, no ano passado, aquando da apresentação deste relatório na 12.ª Comissão, foram apenas analisadas questões conjunturais e não o relatório em si.

Referiu-se de seguida à passagem do mundo antigo para o mundo novo, para a era do mundo digital, sem se saber o que vai acontecer no futuro, e à necessidade de se travar uma reflexão sobre os *media* e de se estabelecer um pacto sobre esta matéria, pondo a ideologia, as divergências políticas e tudo aquilo que faz a efervescência do quotidiano em cima da mesa; disse também que em Portugal havia um excesso de conflitualidade artificial, que no fundo era aquilo que não interessava e que fazia com que no debate mediático as emoções se sobrepusessem à razão; sublinhou que este tempo não se podia perder e, citando a poetisa polaca Wislawa Szymborska, prémio Nobel da Literatura 1996, em cuja cidade, Cracóvia, se realizou uma das últimas reuniões de Reguladores Europeus, notou que na discussão da atualidade *«quando se pronuncia a palavra Futuro, a primeira sílaba já pertence ao passado»*.

Prosseguindo, adiantou que o facto de se estar a discutir o relatório de 2012 era muito positivo porque permitia ter a distância suficiente em relação àquilo que ocorreu nesse ano e analisar o relatório de 2013 que estava prestes a ser ultimado; que havia que analisar as tendências expressas no relatório de 2012 e, se elas se confirmaram ou não, bem como o quadro da transição do analógico para a TDT, sem qualquer aumento da diversidade na oferta, com os escassos quatro canais de televisão e o Canal Parlamento.

Por fim, sublinhou que competia à ERC garantir a liberdade de expressão e defender os cidadãos de eventuais abusos do sistema mediático, o que poderia parecer um paradoxo, mas a vida era uma permanente gestão de contradições, conflitos e interesses, e todas essas divergências se acentuavam em tempo de crise. Daí, ser extremamente importante evitar a conflitualidade artificial, que pode acrescentar emoção mas retira seguramente racionalidade e provoca ruído.

Na primeira ronda de intervenções usou da palavra a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), que começou por referir que, de facto, era necessário levar a cabo uma reflexão acerca do futuro dos *media*; que o ano de 2012 tinha ficado muito marcado por situações delicadas nos *media*, quer ao nível da sua independência, quer ao nível das suspeitas de intervenção do Estado, relembrando a esse propósito os casos de Pedro Rosa Mendes, do *Público*, das imagens cedidas pela RTP e do despedimento do então Diretor de Informação Nuno Santos, depois readmitido e mais tarde indemnizado, tendo concluído perguntando o que se podia fazer para que casos como esses não se voltassem a repetir; disse também que, ao contrário do que tem sido sistematicamente sublinhado, a verdadeira independência da RTP não estava ainda garantida, e que tinha sido a própria ERC a levantar dúvidas acerca do primeiro modelo do contrato de concessão da RTP. Terminou a sua intervenção perguntando se a ERC mantinha as dúvidas manifestadas quanto aos riscos de perda da independência, e se tinha sido consultada sobre a versão final do contrato de concessão.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) começou por fazer um comentário às palavras iniciais do Presidente do Conselho Regulador da ERC quando salientou que no ano passado, na audição que teve lugar na Comissão, uma das suas colaboradoras tinha dito que o relatório de regulação não tinha sido discutido, salientando que o Grupo Parlamentar do PCP tinha levantado muitas questões sobre esse documento e que tinha muito apreço por quem o tinha feito; sublinhou a importância do mundo digital, que não se podia estabelecer o pacto a que o Senhor Presidente do Conselho Regulador da ERC se tinha referido, atendendo às questões ideológicas e de princípio que separavam todos os intervenientes, e que o PCP não abdicava de determinadas questões centrais no sector da comunicação social; que o PCP fazia uma leitura preocupante da concentração da propriedade dos meios de comunicação social em determinados grupos económicos, e do impacto que isso poderia ter ao nível da diversidade, do pluralismo e da independência; questionou a ERC sobre as alterações do financiamento e da independência do

setor da comunicação social e, por último, referiu-se à avaliação que este organismo fazia do emagrecimento dos profissionais na área da comunicação social em diferentes grupos económicos.

O Senhor Deputado Paulo Almeida (CDS-PP) debruçou-se sobre o pluralismo cultural, a diversidade de expressão, a transparência e a não discriminação de conteúdos; perguntou também se o público mais sensível, designadamente os menores, estava protegido; se existia ou não rigor jornalístico; se os direitos dos consumidores e os direitos de personalidade individuais em relação à publicidade estavam assegurados; se no âmbito da atividade de fiscalização da ERC, incluindo no domínio do digital, o direito de resposta estava acautelado; se os direitos dos jornalistas também se encontravam garantidos; e, por último, se a concentração dos grupos dos *media* podia ou não favorecer o pluralismo e a diversidade na rádio, televisão e imprensa.

A Senhora Deputada Maria da Conceição Caldeira (PSD) referiu-se aos mecanismos criados pelo Governo para evitar a tendência de governamentalização da comunicação social; ao trabalho realizado em relação ao registo dos meios e dos órgãos de comunicação social; à influência dos *media* na formação da opinião dos cidadãos; às soluções possíveis para a TDT; à consulta pública efetuada pela ERC e ANACOM sobre a TDT no sentido do alargamento dos canais em sinal aberto e à posição da ERC relativamente ao pedido feito pela RTP; e, por último, à transparência da propriedade dos meios de comunicação social.

O Senhor Presidente do Conselho Regulador da ERC respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo-se debruçado sobre o excesso de conflitualidade artificial; os casos mediáticos ocorridos no ano de 2012, que foram discutidos e analisados pela ERC, por toda a sociedade e pelo próprio Parlamento, em que todos tiveram oportunidade de dizer o que pensavam acerca do assunto; a independência dos órgãos de comunicação social como um dado não adquirido mas, sim, como algo por que se tinha de lutar todos os dias; a necessidade de se travar um debate com a Assembleia da República, os agentes políticos e todos aqueles que queiram participar acerca do sector dos *media* e de se estabelecer um pacto sobre o sistema mediático e a língua portuguesa; a preservação da dignidade dos profissionais e das instituições, sobretudo, porque se fala cada vez mais da chamada «neutralidade da tecnologia».

Mais salientou a necessidade de a ERC ir acompanhando a informação económica que se vai produzindo, na medida em que ela nem sempre corresponde àquilo que é a realidade; a «proletarização dos jornalistas e a profissionalização das fontes», movimento pendular que

estrangula completamente o jornalismo; o emagrecimento de quadros nos diferentes grupos económicos da comunicação social; a necessidade de se exigir aos *media* portugueses qualidade, memória e, sobretudo, um enquadramento de toda a atualidade, na medida em que um dos problemas do jornalismo de hoje tem precisamente a ver com o excesso de superficialidade temporal, trabalhando-se em ficções produzidas a partir de uma agenda não adequada; que o direito de resposta estava garantido e era pacífico; a finalizar, referiu-se aos estudos feitos pela ERC sobre diversos temas, à caracterização económico-financeira dos grupos dos *media*, à simplificação de processos, ao portal de transparência e ao processo de consulta pública lançado pela ANACOM e pela ERC.

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Carla Cruz (PCP), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Paula Gonçalves (PSD).

O Senhor Presidente da ERC respondeu, no final, a todas as questões levantadas, após o que Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a audição do Conselho Regulador da ERC.

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Entrando no primeiro ponto da Ordem do Dia, foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente submeteu à apreciação da Comissão a redação final do texto do projeto de resolução n.º 1036/XII (3.ª) — Aprova a declaração para a abertura e transparência parlamentar —, que foi fixada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

Sublinha-se, também, terem sido aceites por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes, as sugestões de aperfeiçoamento do estilo do texto em causa constantes da Informação n.º 72/DAPLEN/2014, de 1 de julho de 2014.

Relativamente ao terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado André Pardal (PSD), que fez a apresentação do relatório final da petição n.º 324/XII (3.ª) - Solicita à Assembleia da República a extinção da Associação dos Ex-Deputados, com todas as consequências daí decorrentes -, que pode ser consultado [aqui](#), tendo concluído que

a petição em causa deveria ser liminarmente indeferida por ser manifestamente ilegal e inconstitucional e, não se vislumbrando qualquer outra diligência útil, arquivada, com conhecimento ao peticionário, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 19.º da LDP.

Uma vez submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

Quanto ao quarto ponto da Ordem do Dia, foi apreciada a nota de admissibilidade da petição n.º 405/XII (3.ª) que, uma vez sujeita a votação, foi aprovada por unanimidade, com a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, tendo o Grupo Parlamentar do PCP indicado como relatora da referida petição a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP).

Por último, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou o parecer reformulado sobre o regime de incompatibilidades e impedimentos solicitado pelo Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), após o que o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) anunciou que a sua posição era a que tinha sido manifestada na reunião anterior, ou seja, a de que esta matéria não tinha propriamente a ver com os impedimentos e incompatibilidades previstos no Estatuto dos Deputados mas, sim, com o Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos, pelo que não era da competência da Comissão mas, sim, dos serviços administrativos da Assembleia da República. Nesse sentido, comunicou que não iria participar na votação deste parecer, ausentando-se nessa altura da sala.

Uma vez submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

Em relação ao quinto ponto da Ordem do Dia, calendário previsível de atividades da Comissão até ao final do mês de Julho, o Senhor Presidente lembrou a necessidade de a Comissão marcar a audição obrigatória com o Conselho de Administração da RTP, nos termos da Lei n.º 8/2007, que poderia ter lugar no dia 15 de julho, às 15 horas.

Recordou igualmente que, no dia 18 de Julho, a Comissão iria realizar o evento «Dia Internacional de Nelson Mandela – O tributo da Assembleia da República».

No âmbito do último ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu conta de que tinha baixado, na especialidade, à Comissão o projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em [http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC\\_20140702.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140702.mp3), razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou às 13 horas e 40 minutos.

Palácio de São Bento, 2 de Julho de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(MENDES BOTA)**



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa  
André Pardal  
Carla Cruz  
Cecília Honório  
Inês de Medeiros  
João Portugal  
Maria da Conceição Caldeira  
Mendes Bota  
Paula Gonçalves  
Paulo Almeida  
Pedro Delgado Alves  
Raúl de Almeida  
Sandra Pontedeira  
Sérgio Azevedo  
Filipe Neto Brandão  
João Figueiredo  
João Lobo  
Teresa Costa Santos





Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jacinto Serrão

Lídia Bulcão

Rosa Arezes

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto

Mónica Ferro

*A presente ata foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 03/09/2014.*